

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Para tranquilizar os fiéis, os amigos e o público em geral, que demonstrou preocupação pela notícia veiculada no noticiário nacional, indicando ter havido busca e apreensão em minha residência, venho a público esclarecer o que se segue.

Agradeço, primeiramente, pelas diversas manifestações de carinho e preocupação, sobretudo pelas orações.

Na manhã do dia 8 de fevereiro, recebi a visita de agentes da Polícia Federal na Igreja onde resido e celebro diariamente a Santa Missa, apresentando-me mandato de busca e apreensão de meu passaporte, celular e computador; mandato este expedido nas investigações do “inquérito dos atos antidemocráticos”.

Esclareço que os policiais foram extremamente respeitosos e técnicos, explicando-me que estavam cumprindo ordens. Agradeço à Polícia Federal pelo respeito e decoro com que me trataram e também aos meus pertences.

Como é de conhecimento de todos, sou padre e professor universitário, dedico minha vida ao exercício do sacerdócio e do magistério, especialmente nas áreas de filosofia e teologia, na qual sou doutor.

Como sacerdote católico, tenho a vida voltada para o atendimento ao público em geral. Sou pároco de uma pequena Igreja na periferia de São Paulo, na cidade de Osasco, e, no último dia 4 de fevereiro, completei 18 anos de ministério sacerdotal.

Desde minha ordenação, minha atividade ministerial sempre foi desempenhada dentro dos limites previstos para o exercício do sacerdócio: administração dos sacramentos, pregação, atendimento de confissão e direção espiritual, oração e bênção para aqueles que precisam de auxílio.

Como padre católico, atendo diversas pessoas. Sou chamado para auxílio espiritual não apenas dos frequentadores da minha paróquia, mas também de todos aqueles de alhures que espontaneamente me procuram com assuntos dos mais variados temas. Como é meu dever, preservo a privacidade de todos eles, visto que os dilemas que me apresentam são sempre de foro interno.

Em relação ao referido “inquérito dos atos antidemocráticos”, minha posição sobre o assunto é clara e inequívoca: a República é laica e regida pelos preceitos constitucionais, que devem ser respeitados. Romper com a ordem estabelecida seria profundamente contrário aos meus princípios. Abaixo de Deus, em nosso país, está a Constituição Federal. Portanto, não cooperei nem endossei qualquer ato disruptivo da Constituição. Como professor de teologia moral, sempre ensinei que a lei positiva deve ser obedecida pelos fiéis, dentre os quais humildemente me incluo.

Estou inteiramente à disposição da justiça brasileira para qualquer eventual esclarecimento, recordando o dever de toda a sociedade de combater qualquer tipo de intolerância religiosa.

A única missão na minha vida é o meu trabalho sacerdotal. Por isso, preciso de um “tradutor” que me faça compreender os passos jurídicos decorrentes desta inusitada e inesperada situação e que me ajude a atender com precisão os pedidos do Poder Judiciário.

Por isso, constituo meu “tradutor” o Dr. Miguel da Costa Carvalho Vidigal, advogado, que saberá dar respostas jurídicas pertinentes ao assunto. Ainda não obtivemos acesso aos autos, o qual esperamos obter nos próximos dias.

Como sacerdote, pretendo continuar meu ofício religioso, portanto, toda e qualquer comunicação sobre o assunto pode ser direcionada diretamente ao meu “tradutor”.

Espero que tudo seja esclarecido o mais rápido possível. Estou em oração, especialmente pela justiça brasileira, para que Deus os conduza sempre. Que Ele abençoe a todos!

Pe. José Eduardo de Oliveira e Silva

Osasco, 8 de fevereiro de 2024, dia de Santa Josefina Bakkhita, padroeira dos escravos e intercessora dos sequestrados.